



Número: **0802060-18.2019.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **31/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 5.400,00**

Assuntos: **Espécies de Contratos, Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ILARIO MEDEIROS (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25740586	31/10/2019 09:17	Petição Inicial	Petição Inicial
25780260	31/10/2019 09:17	1.PROCURAÇÃO	Procuração
25780261	31/10/2019 09:17	2.DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
25780262	31/10/2019 09:17	3.DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
25780264	31/10/2019 09:17	4.CARTA DA SEGURADORA	Documento de Comprovação
25780265	31/10/2019 09:17	5.BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
25780266	31/10/2019 09:17	6.DOCUMENTOS DO PROPRIETÁRIO	Documento de Comprovação
25780270	31/10/2019 09:17	7.PRIMEIRO ATENDIMENTO E PRONTO MÉDICO	Documento de Comprovação
25780273	31/10/2019 09:17	8.PRONTO MÉDICO II	Documento de Comprovação
25780277	31/10/2019 09:17	9.PRONTO MÉDICO III	Documento de Comprovação
25780278	31/10/2019 09:17	10.PRONTO MÉDICO IV	Documento de Comprovação
26541893	04/12/2019 15:07	Despacho	Despacho
28703288	03/03/2020 08:55	Petição Gratuidade Judiciária	Petição
28703920	03/03/2020 08:55	12.IlarioMedeiros_Pagamento Custas 80 por cento	Outros Documentos
28703921	03/03/2020 08:55	13.IlarioMedeiros_DAP agricultor	Documento de Comprovação
32336803	16/07/2020 08:26	Decisão	Decisão
33741209	28/08/2020 19:22	Petição	Petição
33741211	28/08/2020 19:22	PETICAO PAGAMENTO 50 POR CENTO EM 3 PARCELAS	Outros Documentos
33741213	28/08/2020 19:22	DEMONSTRATIVO CUSTAS PREVIAS SEM DESCONTO	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas

33741 214	28/08/2020 19:22	PRIMEIRA PARCELA CUSTAS 30 POR CENTO QUITADA	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
35596 820	26/10/2020 10:52	Despacho	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE
PICUÍ – ESTADO DA PARAÍBA**

ILÁRIO MEDEIROS, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade Civil nº. 4.020.034 - SSP/PB e do CPF nº. 100.982.624-75, residente e domiciliado no Sítio Canoa do Costa, s/n, Zona Rural, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala E, Pedro Salustino, Picuí – PB, onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:



AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE I INVALIDE REPARAÇÃO D

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "**direito e garantia fundamental**" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS



Que no dia 19/06/2019, o requerente recebeu o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvat da requerida no importe de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais) referentes ao Sinistro nº. 3190377580 sob a invalidez permanente apresentada na **estrutura craniofacial**.

É certo que o requerente no dia 19 de fevereiro do ano de 2019, por volta das 09h00min, foi vítima de acidente de trânsito. Ocorre que o mesmo transitava sobre uma motocicleta Honda/CG, nas proximidades do Sítio Boi Morto, situado na Zona Rural de Nova Floresta-PB, quando ao chegar em uma determinada curva perigosa, a qual estava molhada, devido às chuvas dos últimos dias, o requerente perdeu o controle do veículo, vindo a cair no solo. Com isso, após colidir com o chão, o condutor/suplicante, não conseguiu achar forças para levantar-se, chegando por essa razão, a ser socorrido somente depois de vinte minutos depois do ocorrido, por populares que estavam presentes ao momento do fato, os quais levaram o requerente para Hospital Regional de Picuí-PB, local por onde foi submetido aos primeiros socorros, sendo diagnosticado, que havia sofrido uma fratura no arco zigomático (**Estrutura Craniofacial**). No entanto, o mesmo necessitou de passar por uma cirurgia, no membro lesionado, para tal correção, ficando impossibilitado de exercer suas atividades habituais e rotineiras por vários dias, em decorrência da fratura obtida ao momento do acidente automobilístico.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 017/2019 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Nova Floresta-PB, o requerente conduzia o veículo/motocicleta: HONDA CG 125, ano/modelo 1997, de cor azul, Placa MMU 9972-PB, CHASSI 9C2JC250VVR078690, Código RENAVAM 669768278, licenciada em nome de JOSÉ DE OLIVEIRA COSTA.

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido por pessoas/testemunhas, as quais o socorreram para o Hospital Regional de Picuí-PB.

Destarte, que desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente do requerente, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da indenização do seguro obrigatório, que segundo o at. 3º da lei 6.194/74, inciso II é no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) para invalidez parcial. E, como o requerente permaneceu com uma invalidez permanente de repercussão média, deveria receber R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta



reais) correspondentes a uma invalidez permanente parcial, e não os R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais) conforme a requerida pagou, perfazendo assim a diferença de **5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais)** Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

e

III -- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o



quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)



6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74, Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução.** (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2019, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.



Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

-

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

-

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta,



conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas



Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas por lesão de estrutura craniofacial (100% - cem por cento) de média intensidade**, o que perfaz o percentual correspondente aos 50% (cinquenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, referente à sua perda funcional. Porém, como já recebeu uma pequena parcela de tal montante administrativamente, agora só faz jus à diferença pleiteada.



Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo autor.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

“AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”



Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se



*totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. **Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação.** (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5*

*56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, **a correção monetária deve se***



dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito o promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente parcial e de repercussão média sofrida pelo promovente em **estrutura craniofacial**, o que perfaz o percentual correspondente aos 50% (cinquenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.



c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC, porém, caso Vossa Excelência entenda por não conceder Gratuidade Judiciária integralmente, o requerente requer desde já que lhe seja concedido tal benefício de maneira parcial e lhe seja ofertada uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, correção monetária com base no INPC-IBGE, o qual começará a incidir desde a data do sinistro nos termos da súmula 580 do STJ, e, juros moratórios no percentual de 1,0% ao mês que deverão ser calculados a partir da citação, conforme acentua a súmula 426 do STJ.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da ré, nos termos do convenio firmado entre ela e esse Tribunal.

Protesta ainda provar o promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais).

Nesses Termos,

Pede deferimento.



Picuí-PB, 30 de outubro de 2019.

NILO TRIGUEIRO DANTAS

OAB-PB 13220

Anexo 01

-

QUESITOS

-

1) *Se existe nexô causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*

2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*

3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*

4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*



5) Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	



Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10



Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

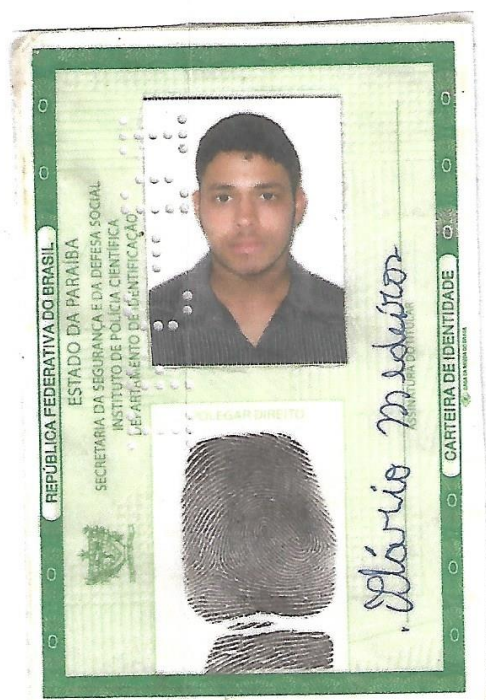
O(A) Outorgante Ilário Medeiros
brasileiro, solteiro, agricultor, portador (a) do RG nº 4.020.034
expedido por SSP/PB e CPF nº 100982.624-75, residente e
domiciliado(a) na(o) S. Comoa do Costa
nº 51N, Bairro Zona rural, Cidade Picuí UF PB, pelo presente
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado o Bel.
NILO TRIGUEIRO DANTAS, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito na OAB-PB sob nº. 13.220 e na
OAB-RN sob nº. 834-A, brasileiro, casado, advogado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino
de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E", Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274,
a qual confere poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil,
podendo receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar
ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita
e assinar declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas
declarações, receber e dar quitação, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, **e, em especial**, receber em juízo
o competente Alvará Judicial que for expedido em favor do(a) outorgante, praticar todos os atos
necessários para o cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer.

Picuí-PB, 22 de maio de 2019.

Ilário Medeiros
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.020.034 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/01/2012

NOME ILÁRIO MEDEIROS

FILIAÇÃO MANUEL FIDÉLIS DE LIMA
MARIA DE FÁTIMA MEDEIROS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
PICUI-PB 21/10/1995

DOC ORIGEM
NASC. N. 17080 FLS. 128 LIV. A-18
CARTÓRIO PICUI-PB

CPF
100.982.624-75

Assinatura do Diretor

LEIA 7-116 DE 29/08/83

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
12 JUN. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Num. 25780261 - Pág. 2

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Flavio Medeiros
brasileiro(a), solteiro, agricultor, portador do
RG nº 4.020.034 expedido por SSP/PB e do CPF nº
100.982.624-75, residente
na(o) Sítio canoa do costa,
município de Picuí - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 22 de maio de 2019.

Flavio Medeiros
DECLARANTE
(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



SINISTRO 3190377580 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** ILARIO MEDEIROS**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO ILARIO MEDEIROS**CPF/CNPJ:** 10098262475**Posição em 22-08-2019 17:02:00**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
19/06/2019	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350,00

OCORRÊNCIA POLICIAL VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 017/2019

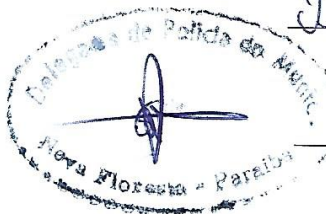
Aos **21 de maio de 2019**, nesta cidade de **Nova Floresta**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, quando encontrava-se presente o Bel. **ELIAS J. RODRIGUES SILVA**, Delegado de Polícia Civil, comigo **LEANDRO R S AZEVEDO**, ao final assinado, ai, por volta das **18:15** horas, compareceu **ILARIO MEDEIROS**, conhecido(a) por **CHAMPOLA**, nacionalidade **BRASILEIRA**, estado civil **SOLTEIRO**, profissão **AGRICULTOR**, grau de instrução **ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**, com **23 anos de idade**, nascido(a) aos **21/10/1995** em **PICUÍ – PB**, filho(a) de **MANUEL FIDÉLIS DE LIMA** e **MARIA DE FÁTIMA MEDEIROS**, portador(a) de Cédula de Identidade Nº **4.020.034 SSP/PB**, expedido pela **SSP/PB** e C.P.F. de Nº **100.982.624-75**, residindo no seguinte endereço **SÍTIO CANOA DO COSTA**, bairro **ZONA RURAL**, cidade de **PICUÍ – PB**, telefone: () , celular: **(83) 998859893**, **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTARÁ SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO:**

QUE, na data de 19/02/2019, por volta das 09:00 horas, o noticiante trafegava na motocicleta HONDA/CG 125 TITAN, ANO/MODELO 1997, COR AZUL , PLACA MMU9972/PB, CHASSI 9C2JC250VVR078690, CÓDIGO RENAVAM 669768278 LICENCIADA EM NOME DE JOSÉ DE OLIVEIRA COSTA, no Sítio Boi Morto, zona rural deste município de Nova Floresta/PB, quando "sobrou" numa das perigosas curvas que há nas estradas vicinais daquele trecho e no dia do acidente a estrada estava molhada devido as chuvas dos últimos dias; QUE, o noticiante perdeu o controle da motocicleta e caiu ao chão; QUE, ao cair, o noticiante não conseguiu levantar-se e só foi socorrido cerca de 20 minutos após o acidente por populares que passavam no local, os quais servem de testemunhas neste ato e levaram o noticiante, de carro, para o Hospital Regional de Picuí/PB, onde foi submetido aos primeiros socorros e diagnosticado com uma fratura de arco zigomático; QUE, o noticiante foi submetido a procedimento cirúrgico na fratura sofrida em decorrência do acidente um mês após o acidente naquele mesmo hospital; QUE, o noticiante ficou 2 dias internado no Hospital Regional de Picuí/PB e mais 2 dias após a realização do procedimento cirúrgico; QUE, recebeu atestado de 60 dias e, nesse período, ficou impossibilitado de trabalhar . Por esta razão veio a esta Depol noticiar o fato a fim de tomar as medidas cabíveis . **Nada mais havendo a tratar, depois de lido e achado conforme, vai por mim e pelo(a) noticiante assinada.**

TESTEMUNHAS:

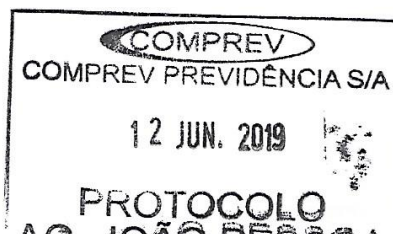
- 1 – Nome: LINDENILSON DANTAS COSTA, R.G. n.º 3864217 SSDS/PB, C.P.F. n.º 704.561.844-14.
Endereço: RUA SÃO SEVERINO , 101 CENTRO - NOVA FLORESTA/PB.
2 – Nome: LETICIA DANTAS COSTA, R.G. n.º 4.150.052 SSP/PB, C.P.F. n.º 704.562.904-43.
Endereço: RUA SÃO SEVERINO, 101 CENTRO NOVA FLORESTA/PB.

Nova Floresta/PB, 21 DE MAIO DE 2019.



Ilario medeiros
ILARIO MEDEIROS
Noticiante

Leandro R S Azevedo
LEANDRO R S AZEVEDO
Escrivão Ad hoc
Mat. 180.296-8



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PB Nº 5386994260
 RTI - 20041100000421-4

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RE. NAM 6697682-2 RS 9

NOME/ENDEREÇO
 JOSE DE OLIVEIRA COSTA
 R. MALHADA DA BASTA
 ZONA RURAL
 59187000 PICUI - PB

CPF/CGO 62736370431 PLACA MND9772/PB

NOME ANTERIOR
 JOSE DA SILVA

PLACA ANT/UF NOVO RN 972TC258VUR07S670 CHASSI

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/ COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 TITAN ANO FAB 1997 ANO MOD 1997

CAP/POT/CL 2 P/125 /CX CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE AZUL

OBSERVAÇÕES
 SEM RESERVA DE DOMINIO

PICUI - PB 6292 DATA 04/01/2002

ASSINADO POR ANDREIANO



AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN,
TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR-R\$ _____

NOME DO COMPRADOR _____

RG: _____ CPF/CGC: _____

ENDEREÇO: _____

LOCAL E DATA: _____

PP. José Maurício Medeiros

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO

ATENÇÃO:
a) O **VENDEDOR** SE ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL OU CRIMINAL A PARTIR DA DATA ACIMA, CABENDO AO **COMPRADOR** A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO DO VEÍCULO PARA O SEU NOME.
b) A TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO PODERÁ SER COMUNICADA PELO **VENDEDOR**, REMETENDO COPIA DESTE DOCUMENTO AO **DETRAN**, APÓS DEVIDAMENTE PREENCHIDO E FIRMADO.

DE ACORDO: _____ ASSINATURA DO COMPRADOR _____

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

PP. José Maurício Medeiros
24/03/2005

Diana Oliveira

ESCRITA PÚBLICA

VENICO NOT REGISTRAL





DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)

Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

Eu, Jose de Oliveira Costa
RG nº 1.932.851, data de expedição 13/05/2013
Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 027.363.784-31
com domicílio na cidade de Picuí, no Estado de PB
onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) Sítio Solha da Gtinguina, nº 51N
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima
Ilário Medeiros, cujo o condutor era
o mesmo
Veículo: motocicleta Modelo: Honda/CG 125 TITAN Ano: 1997
Placa: MMV99721PB Chassi: 3C2JC250VVRO78690
Data do Acidente: 19/05/2019

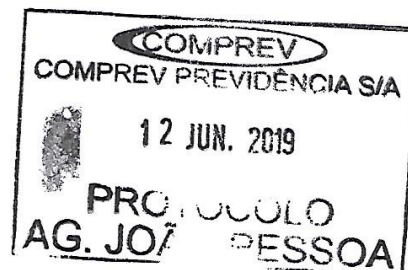
Local e Data: Picuí - PB, 22 de maio de 2019

2º TABELIONATO
PICUI - PB

Jose de Oliveira Costa

Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor
(caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)





Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL REGIONAL DE PICUI	2 - CNES 2757710
--	----------------------------

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE Flávio Medeiros		4 - Nº DO PRONTUÁRIO 94974	
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 10960657187870	6 - DATA DE NASCIMENTO 21/10/195	7 - SEXO Masculino <input checked="" type="checkbox"/> 1 Feminino <input type="checkbox"/> 2	8 - RAÇA/COR
9 - NOME DA MÃE Maria de Fátima Medeiros		10 - TELEFONE DE CONTATO DDD () Nº DO TEL.	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL Maria de Fátima Medeiros		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD () Nº DO TEL.	
13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) São Carlos do Oeste			
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Picui		15 - Cód. IBGE Município 281140	16 - UF PE
		17 - CEP 58187000	

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Dor intensa de abd. b. d. mob. (S.P.), exsult. do fígado e zigue D.
--

19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO D. ab. e zigue

20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) D. ab. e zigue
--

21 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fígado de zigue D.	22 - CID 10 PRINCIPAL S02-4	23 - CID 10 SECUNDÁRIO	24 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
---	---------------------------------------	------------------------	-------------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Rid. e zigue + extrahepático	26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 0404020704
--	--

27 - CLÍNICA europa	28 - CARACTER DA INFORMAÇÃO	29 - DOCUMENTO () CDS () CFF	30 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CFF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE 046208574-7 Porto
-------------------------------	-----------------------------	--	---

31 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Dr. Edgley Reis	32 - DATA DA SOLICITAÇÃO 20/02/19	33 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) Exatidão e Compromisso no Registro do Conselho Belo Horizonte - 288.574-74
--	---	---

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

34 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	37 - CNPJ DA SEGURADORA	38 - Nº DO SINISTRO	39 - CENSO
35 - () ACIDENTE TRABALHO TIPO	40 - CNPJ DA EMPRESA	41 - CNAE DA EMPRESA	42 - CBOE
36 - () ACIDENTE TRABALHO TRAFEGO			

43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURO
--

AUTORIZAÇÃO

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	45 - Cód. ORÇÃO EMISSOR	46 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPREV COMPREV PREVIDÊNCIA S/A 12 JUN. 2019 PROTOCOLO AG. JOÃO PESSOA
48 - DOCUMENTO () CNS () CFF	47 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CFF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
49 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	46 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	



[illegible][illegible]

NOME: Ilário Medeiros		IDADE: 23		PRONTUÁRIO Nº: 94.977					
HÍPÓTESES DIAGNÓSTICAS: Fratura de zigoma D		ENFERMARIA: 207-1		DATA DA INTERNAÇÃO: 20.03.2019					
Nº	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIOS							
		1	2	3	4	5	6	7	8
2	Alta hospitalar								
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									

DATA ATUAL: 20.03.2019	EVOLUÇÃO DIÁRIA
	<p>Alta hospitalar.</p> <p>Operado e melhorado.</p> <p>Submetido à redução cruenta da fratura de zigoma D + osteossíntese com miniplaca e parafusos. Orientado para o pós-operatório.</p>

Dr. Ilário Medeiros
 Cirurgião Dentista
 CRP-PA: 3840 - CPF: 046.280.514-74

Dr. Ilário Medeiros
 Cirurgião Dentista
 CRP-PA: 3840 - CPF: 046.280.514-74



NOME: Ilário Medeiros		IDADE: 23		PRONTUÁRIO Nº: 94.977						
HIPÓTESES DIAGNÓSTICAS: Fratura de zigoma D		ENFERMARIA: 207-1		DATA DA INTERNAÇÃO: 19.03.2019						
Nº	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIOS						DATA ATUAL: 19.03.2019		
1	Dieta livre	1	2	3	4	5	6	7	8	EVOLUÇÃO DIÁRIA Paciente evoluindo com quadro clínico compatível com o pós-operatório. Cd: Fazer troca do curativo compressivo. Solicito: Rx controle pós-operatório.
2	Jelco salinizado									
3	Ceftriaxona 1g EV de 12/12h									
4	Dipirona 2ml + AD EV de 6/6h									
5	Tilatil 40mg 1 ampola EV 1x ao dia									
6	Dexametasona 4mg 1 ampola EV 1x ao dia									
7	Decúbito dorsal em 0º									
8	Cuidados Gerais									
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
19										

Dr. Edgley Porto
 Cirurgião e Implantodontia Dentária
 Rua Nelson de Azevedo, 380 - CxP: 0606285-514-11
 CRIO-SP: 380-80

Dr. Edgley Porto
 Cirurgião e Implantodontia Dentária
 Rua Nelson de Azevedo, 380 - CxP: 0606285-514-11
 CRIO-SP: 380-80

NOME: Ilário Medeiros		IDADE: 23		PRONTUÁRIO Nº: 94.977						
HIPÓTESES DIAGNÓSTICAS: Fratura de zígoma D		ENFERMARIA: 207-1		DATA DA INTERNAÇÃO: 18.03.2019						
PRESCRIÇÃO MÉDICA		HORÁRIOS		E V O L U Ç Ã O D I Á R I A						
Nº		1	2	3	4	5	6	7	8	
1	Dieta zero até 2º ordem									
2	S.F 0,9% 1000 ml EV	EV	8h	8h						
3	S.G 5% 500 ml EV	EV	8h	8h						
4	Cefalotina 1g EV de 6/6h	EV								
5	Dipirona 2ml + AD EV de 6/6h	EV								
6	Tilatil 40mg 1 ampola EV 1x ao dia									
7	Dexametasona 4mg 1 ampola EV 1x ao dia	EV								
8	Decúbito dorsal em 0º									
9	Cuidados Gerais									
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
19										

Dr. Edmar Porto
 Cirurgião e Transplante Dentais
 CRM-PB: 3948 - CPF: 046.603.514-71

Submetido à redução cruenta da fratura de zígoma D + osteossíntese com miniplaca orbital 2,0 de 5 furos + 4 parafusos corticais.

Exames realizados: hemograma, coagulograma, glicemia em jejum, ECG + risco cirúrgico, Rx de face.

OBS: Paciente sem comorbidades. Não refere alergia a medicamentos.

HD: Fratura de zígoma D.

Ao exame radiográfico: presença de imagem compatível com fratura de zígoma D.

Dr. Edmar Porto
 Cirurgião e Transplante Dentais
 CRM-PB: 3948 - CPF: 046.603.514-71



MATERIAL E MEDICAMENTO GASTO NA SALA DE OPERAÇÃO 01

Paciente: Ilário Medeiros

Médico: Dr. Edley

Aux.:

Anest.: Dr. Viana

Diagnóstico: Fratura de fêmur

Tratamento: CIRÚRGICO

Anestesia: geral

Início:

Término:

Enfer.: 02 Leito: 01

MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD	MATERIAIS / SOLUÇÕES	QTD	FIOS	QTD
ALFENTA AMP		AGULHA DESCARTÁVEL 13X4,5		CAT GUT CROMADO Nº	
DIAZEPAM AMP		AGULHA DESCARTÁVEL 25X7		CAT GUT CROMADO Nº	
DIMORF AMP mg		AGULHA DESCARTÁVEL 40X12	01	CAT GUT CROMADO Nº	
DOLANTINA AMP		AGULHA PERIDURAL Nº		CAT GUT SIMPLES Nº	
DORMONID AMP		AGULHA RAQUI Nº		CAT GUT SIMPLES Nº	
ETOMIDATO AMP		ALCOOL 70%	02	CAT GUT SIMPLES Nº	
FENTANIL AMP	02	ALGODÃO ORTOPÉDICO		ETHIBOND	
HALOTHANO		AR COMPRIMIDO		FIO DE ALGODÃO C/A	
HYPOCAINA 2%		ATADURA DE CREPOM cm		FIO DE ALGODÃO S/A	
ISOFLURINE		ATADURA GESSADA cm		MONONYLON Nº	
KETALAR		BOLSA P COLOSTOMIA		MONONYLON Nº	
LIDOCAINA		BORRACHA LÁTEX	01	MONONYLON Nº	4-0 02
NARCAN AMP		CATETER P/ O2	01	PROLENE Nº	
NEOCAINA PESADA 0,5%		CLAMP UMBILICAL		PROLENE Nº	
NILPERIDOL AMP		CLOHEXIDINA	02	PROLENE Nº	
PANCURON AMP		COLETOR S/F P/SVD		VICRYL Nº	3-0 01
PROPOFOL AMP	02	COMPRESSA GRANDE	09	VICRYL Nº	
QUELICIN		DEPOSITO ANATOMOPATOLÓGICO P.M.G.			
SEVORONE		DRENO			
THIOPENTAZ FRASCO		DRENO HEMOVAC/SUÇÃO Nº		SOROS	QTD
TRACUR AMP		DRENO PENROSE Nº		CONCENTRADO DE HEMÁCIAS	
XYLESTESIN FRASCO		ELETRODO	09	S.F. A 0,9% FRASCO 250ml	
MEDICAÇÕES	QTD	EQUIPO DE SANGUE		S.F. A 0,9% FRASCO 500ml	02
ADRENALINA AMP		EQUIPO MACROGOTAS		S.G. A 5% FRASCO 500ml	
AGUA DESTILADA AMP		ESPARADRAPO	02	S.R. FRASCO 250ml	
AMICACINA 250 mg		ETER SULFURICO		S.R. FRASCO 500ml	01
AMINEFILINA		FIO DE KIRSCHNER Nº			
ATROPINA		GAZES ESTEREIS	02		
BENZETACIL AMP		GEL CONDUTOR	02		
BROMOPRIDA		INTRACATH ADULTO		ÓRTESE E PRÓTESE	QTD
CEDILANIDE AMP		JELCO Nº			
CEFALOTINA 1g F/AMP		KIT METICELULOSE			
CEFTRIAXONA 1g	02	LÂMINA DE BISTURI Nº11			
CIMETIDINA AMP	01	LÂMINA DE BISTURI Nº15	01		
DECADRON AMP	01	LÂMINA DE BISTURI Nº23			
DIPIRONA AMP		LENTE INTRA OCULAR			
EFEDRINA AMP		LUVAS Nº 6,5			
FENERGAN AMP		LUVAS Nº 7,0			
GARAMICINA AMP mg		LUVAS Nº 7,5	03		
GLICOSE AMP		LUVAS Nº 8,0			
HETHERGIN		LUVAS Nº 8,5		EQUIPAMENTOS	
HIDRALAZINA		LUVAS P/PROCEDIMENTO	02	ASPIRADOR	(X)
HIDROCORTISONA AMP mg		MICROPORE		BISTURI ELÉTRICO	()
KANAKION AMP		OXIGÊNIO L/M	02	CARDIOMONITOR	(X)
LASIX AMP		PVPI DEGERMANTE		DESFIBRILADOR	()
METRONIDAZOL AMP		PVPI TÓPICO	02	ESPIGNOMANOMETRO	(X)
NAUSEDRON AMP	01	SCALP Nº		FOCO AUXILIAR	()
OMEPRAZOL		SERINGA DESCARTAVEL 1 ml		FOCO CENTRAL	(X)
OXITOCINA		SERINGA DESCARTAVEL 10 ml	02	OXÍMETRO DE PULSO	(X)
PLASIL AMP		SERINGA DESCARTAVEL 20 ml			
PROSTIGME		SERINGA DESCARTAVEL 3 ml	01		
TENOXICAN mg		SERINGA DESCARTAVEL 5 ml	01		
TRASAMIM AMP		SÔNDA DE FOLLEY Nº			
VITAMINA K		SÔNDA NASOGÁSTRICA Nº			
VOLTAREN AMP		SÔNDA URETRAL Nº 14	01		
Buscopan composto	01	TELA CIRÚRGICA			
		TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8,5	01		
				CIRCULANTE	



FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Nome Ilário Medeiros Idade 23 Sexo ☒ M ☐ FAdmissão 18/03/19 Clínica Cirúrgico Ala Cirurgia Geral Enf. 207 Leito 01Diagnóstico Fratura de Bêltera 'D'Infecção ☐ Sim ☒ Não ☐ Hospitalar ☐ ComunitáriaTopografia Infecção ☐ Gastro Intestinal ☐ Genital ☐ S.N.C. ☐ Ferida Cirúrgica
☐ Urinária ☐ Septicemia ☐ Respiratória ☐ Pele / TSC ☐ OutrosProcedimento Realizado ☐ Biópsia ☐ Cateter Vesical ☒ Corticoidoterapia
☐ Cateter Venoso ☐ Drogas Antineoplásicas ☐ Diálise ☐ Flebotomia
☐ Endoscopia ☐ Hemoterapia ☐ Nebulizador ☐ Punção Venosa
☐ NP ☐ Punção Lombar ☐ Punção Abdominal ☐ Punção Torácica
☐ Traqueostomia ☒ Tubo Endotraqueal ☐ Outros

Considerações Cirúrgicas

Cirurgia Realizada Redução ineruenta + Osteossintese com Anestesia geralData 18/03/19 Tempo 00:30 mini placa☒ Limpa ☐ Infectada ☒ Eletivo ☐ G P
☐ Potenc. Contaminada ☐ Urgência ☐ P P
☐ Contaminada ☐ Emergência ☒ M P

EQUIPE

Cirurgião Dr. Edgley AuxiliarInstrumentador Anestesista Dr. VieiraRAIO X NA SALA ☐ Sim ☒ NãoUSO DE ANTIBIÓTICO ☒ Profilático ☐ Terapêutico

NOME	DOSE / DIA	NOME	DOSE / DIA
<u>Amoxiclavina</u>	<u>2g</u>		

DURAÇÃO	DURAÇÃO
<u>no ato cirúrgico</u>	

BACTERIOLOGIA			
GRAM <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		CULTURA <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
MATERIAL	DATA	RESULTADO	ATB

Obs:

CONDIÇÕES DE ALTA ☐ Curado ☐ Transferido ☐ Óbito ☐ Melhorando ☐ À Pedido
☐ Inalterado Causa:Dr. Edgley Porto
Cirurgia e Traumatologia
Pico Médio Facial/Implantes Dentais
R. 148 - CPF: 046.288.574-74

Médico Assistente

C.C.I.H



DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

Nome do Paciente: <u>Ilário Medeiros</u>			
Data da operação: <u>18.03.19</u>		Enf.: <u>207</u>	Leito: <u>01</u>
Operador: <u>Dr. Edgley</u>		1º Auxiliar:	
2º Auxiliar:	3º Auxiliar:	Instrumentador:	
Anestesista: <u>Dr. Vieira</u>		Tipo de Anestesia: <u>geral</u>	
Diagnóstico Pré-operatório:			
<u>Fratura de Zygoma D</u>			
Tipo de operação:			
<u>Red. cruenta + osteomíntica com miniplaca</u>			
Diagnóstico Pós-operatório:			
<u>o mesmo</u>			
Relatório Imediato do Patologista:			
<u>nr5 hanc</u>			
Exame Radiológico no Ato:			
<u>nr5 hanc</u>			
Acidente durante a operação:			
<u>nr5 hanc</u>			


DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspecto Visceras

1. Cava extra-oral fronto-zigomática
2. Incisões lineares
3. Redução dos planos faciais
4. Captação do frang. d. fratura d. zygoma D
5. Redução cruenta d. fratura
6. Taponamento cava
7. Osteomíntica com miniplaca orbital d. 5 fios + 4 perfuradores articulares
8. Sutura dos planos com fio vicryl 3-0
9. Sutura d. pele com fio mononylon 4-0
10. Curativo compressivo

Dr. Edgley Porto
Cirurgia e Traumatologia
Cep. Maxilo-Facial/Implantes Dentais
Cep. Maxilo-Facial/Implantes Dentais
Cep. Maxilo-Facial/Implantes Dentais
Cep. Maxilo-Facial/Implantes Dentais



	Hospital e Maternidade Cirurgicas Ltda. Rua Piratuba, 42 - Jd. Piratuba Curitiba - PR - 81225-913 Fone: (41) 3322-2575 Contato: (41) 3322-2575 E-mail: hospital@hospitalcirurgicas.com.br	<h2 style="margin: 0;">MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA</h2>	
Hospital: <u>REGIOAL DO OESTE</u>		Código: _____	
Procedimento: <u>COLELITOMIA DO ZIGOMATO</u>		Cód. do Procedimento: _____	
Paciente: <u>ILARIO MOREIRA</u>			
Data da Cirurgia: <u>11 / 03 / 19</u>		Prontuário Nº: _____	
Cirurgião: <u>DR. COELHO</u>		Convênio: _____	
Coódiço: _____		<input type="checkbox"/> Reposição <input type="checkbox"/> Caixa Pronta	

[illegible]

		Nº							Valor Unt.	Valor Total
PARAFUSO		Qtd.								
CORTICAL. 3.5mm		Cód.								
PARAFUSO		Nº								
		Qtd.								
CORTICAL. 4.5mm		Cód.								
PARAFUSO		Nº								
		Qtd.								
ESPONJOSO. 4.0mm		Cód.								
PARAFUSO		Nº								
ESPONJOSO. 6.5mm		Qtd.								
ESP. R/16 CURTA		Cód.								
PARAFUSO		Nº								
ESPONJOSO. 6.5mm		Qtd.								
ESP. R/32 LONGA		Cód.								
PARAFUSO		Nº								
		Qtd.								
MALEOLAR 4.5mm		Cód.								

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO ESTOQUE

Condições de pagamento: _____





GOVERNO
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tago Gomes"

FICHA DE ANESTESIA

NOME <i>Ilário Medeiros</i>		IDADE <i>23</i>	SEXO <i>M</i>	GR. SANGÜÍNEO
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATORIO <i>Fratura de Bêloma 'D'</i>		CATEGORIA <i>SUS</i>	DATA <i>18.03.19</i>	
OPERAÇÃO REALIZADA <i>Redução ineruenta + osteossintese com mini placa</i>				
CIRURGIÃO <i>Dr. Edgley</i>		AUXILIAR	ANESTESISTA <i>Dr. Vieira</i>	
AGENTES VOLUNTÁRIOS				
CÓDIGO	220			
Anestesia X	200			
Oper. Intub. T	180			
Endotr. Pres. A	160			
Distal Pulso O	140			
Resp. RA	120			
Assit. Resp. RE	100			
Distot. Resp. RC	80			
Outr.	60			
	40			
	20			
Pré-Anestésico				
Anestesia	<input checked="" type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Raquiana	<input type="checkbox"/> Peridural	<input type="checkbox"/> Bloqueio de Flexo
Técnica	<input type="checkbox"/> Outras			
Início	Término		Venoclise	
AGENTES DOSES		LÍQUIDO	Duração minutos	
Fentanyl 1000		S-Fentanyl 10.5	100	
Propofol 150				
Dexmedetomidina 1				
Ketorolac 60mg				
Ondansetron 4mg				
Ranitidina 5				
Ceftriaxona 1g				
OBS:				





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua: Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58.187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 06.778.268/0001-60

Nº AIH

Nº de Ordem

Nº de Reg.

Nº do Docum.

94911
4.020034

FICHA DE CADASTRO DE PACIENTE

Nome: <u>Gláucio Medeiros</u>		
Data do Nasc. <u>21/10/95</u>	Sexo: Masc. <input checked="" type="checkbox"/>	Femin. <input type="checkbox"/>
Idade: <u>23</u>	Fone:	
Endereço: <u>81 Camoã do Costa</u>		
Bairro:	Cidade: <u>Picuí</u>	
Profissão: <u>agente</u>		
Entrada: <u>18/03/19</u>	Alta: <u>/ /</u>	Óbito: <u>/ /</u>
Estado Civil: Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input checked="" type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>		
Pai: <u>Manoel Lúcio Lima</u>		
Mãe: <u>Mª de Fátima Medeiros</u>		
Responsável: <u>Mª de Fátima Medeiros</u>		
Médico Assistente: <u>Dr. Elycio</u>		
Diag. Definitivo: <u>Fratura de zênite</u>		
Tratamento: <u>Red. curativo + ortopédico</u> <u>com muleta</u>		





GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH _____

Nº de Ordem _____

Nº de Reg. 94977

Nº do Docum. 402034

ARQUIVO MÉDICO

Nome: Glauce Medeiros

Responsável: Mãe de Glauce Medeiros

Pai: Marcel Fidelis Lima

Mãe: Mãe de Glauce Medeiros

Prof.: Agueda Data Nasc.: 21/10/95 Idade: 23

Endereço: Rua Camões do Café

Bairro: _____ Cidade: Picuí Est. Civil: sol

PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: Fratura de zygoma

Tratamento efetuado no hospital: Redução e fixação +
osteomaxilar com miniplaca

Exames realizados: Radiografia, Cefalograma, glicemia
em jejum, BCG + rinite alérgica

Internado em 18/03/19 Alta em 1

Arquivista _____

Obito em Porto
Dr. Dag
Cirurgia e Traumatologia
Bico-Maxilar Facial/Implantes Dentais
CNPJ: 08.778.268/0001-60
Médico Assistente





GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI - "Felipe Tiago Gomes"

Declaração

*Declaro para os devidos fins, que o(a) Sr(a): **Ilário Medeiros, RG: 4.020.034**, nascido(a): **21/10/1995**, declarou ser: **Agricultor, Residente no Sítio Canoa do Costa, - Picuí -PB**, com entrada nesta unidade hospitalar na data: **18/02/2019**. **Vítima de Acidente de Moto** para tratamento Cirúrgico **CID-10: S02.4**. Estando o (a) mesmo (a) impossibilitado (a) de exercer suas atividades profissionais por : **60 dias, a partir desta data**. O documento encontra-se no SAME (Setor de Arquivo Médico).*

Picuí - PB, 25 de Março de 2019.

Dr. Edgley Porto
Cirurgia e Traumatologia
Buco-Maxilo-Facial/Implantes Dentais
CRO - PB - 3848 - CPF: 046.288.574-74

Dr. Edgley Porto

Cirurgia e Traumatologia

Buco - maxilo - Facial

CRO - PB - 3848

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15
Bairro: Monte Santo
Picuí - PB
CEP - 58.187-000
Fone/Fax - (83) 3371-2990
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00
hospitalregionaldepicui@gmail.com





Tribunal de Justiça da Paraíba

Vara Única de Picuí

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 0802060-18.2019.8.15.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime(m)-se o(a)(s) parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, instruir o pedido com a guia de custas judiciais, nos termos do que dispõe o art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento CGJ-TJPB Nº 49/2019, disponível em <https://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjpb-judicial/>), **sob pena de indeferimento da inicial**.

No mesmo prazo deve a parte comprovar sua hipossuficiência financeira mediante comprovante de que participa de programa social destinado a pessoas de baixa renda ou comprovante documental de renda (contracheque, holerite, declaração de imposto de renda ou de isento, carteira de trabalho), para fins de análise do pedido de justiça gratuita.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.



Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito



segue petição em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0802060-18.2019.815.0271

ILARIO MEDEIROS, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, que **tendo em vista a sua situação de AGRICULTOR, conforme DAP em anexo**, e ante ao fato de não possuir condições financeiras para arcar com o ônus processual, o requerente **REQUER, que lhe seja concedido uma redução no percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.**

Ademais, o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. E Já fora decidido pelo Egrégio STJ que a Gratuidade Judiciária pode ser requerida a qualquer momento do processo, A concessão da assistência judiciária gratuita pode ocorrer a qualquer momento do processo, com efeitos não retroativos, razão pela qual com base no decidido pelo STJ no julgamento do Recurso Especial nº. 904.289 – MS, o autor requer a reapreciação do pedido de gratuidade judiciária de forma parcial, segue abaixo a respeitável decisão:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. CONCESSÃO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. EFEITOS EX NUNC. 1. **O pedido de concessão da assistência judiciária pode ser formulado em qualquer momento processual.** Como os efeitos da concessão são ex nunc, o eventual deferimento não implica modificação da sentença, pois a sucumbência somente será revista em caso de acolhimento do mérito de eventual recurso de apelação. 2. O princípio da “invariabilidade da sentença pelo juiz que a proferiu”, veda a modificação da decisão pela autoridade judiciária que a prolatou, com base legal no artigo 463 do CPC, não impõe o afastamento do juiz da condução do feito, **devendo o magistrado, portanto, exercer as demais atividades posteriores**, contanto que não impliquem alteração do decidido na sentença. 3. Recurso especial

1



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

parcialmente provido. RECURSO ESPECIAL Nº 904.289 - MS
(2006/0257290-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO.

Bem como, nesse mesmo sentido acentua ainda o art. 9º da Lei
1060/50:

*"Art. 9º Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos
do processo até a decisão final do litígio, em todas as instâncias".*

Logo, vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de
justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas
processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Por fim, "*considerada a presunção relativa de veracidade da declaração
de hipossuficiência jurídica da parte, é facultado ao juízo, para fins de concessão dos benefícios
da gratuidade de justiça, investigar a real situação financeira do requerente*" (STJ, AgRg no AREsp
296.675/MG, rel. Min. Sérgio Kukina, j. 9-4-2013).

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer
frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas
judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades
específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da
lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os
seus pressupostos legais.

No caso, à parte que comprovar a indisponibilidade de recursos para
promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Aliás, é sabido que as custas judiciárias da Paraíba têm valor
demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se
tomada como referência a nossa comarca, razão por que desde já o autor **requer a concessão da
GRATUITA JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento de todas as
verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas)
e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 20% do valor original (80%
de desconto).**

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte
prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento
das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º), conforme faz prova a transcrição de tal dispositivo legal abaixo:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

...

*§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, **ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)***

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, mesmo que de forma parcial, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Por fim, diante do exposto, o autor **requer a CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA DE FORMA INTEGRAL, uma vez que é um mero agricultor familiar e não tem condições de arcar com o ônus processual. Caso Vossa Excelência não entenda cabível, que CONCEDA A GRATUIDADE JUDICIARIA DE FORMA PARCIAL e que lhe seja deferido uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.** Com o deferimento dos pedidos supras, a parte autora requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 03 de março de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220.



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



SDW0100982624752603190927

I - Cadastro do(a) Agricultor(a) Familiar

a) Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar

1º Titular da DAP: ILÁRIO MEDEIROS

1. CPF: 100.982.624-75

3. Sexo: Masculino

5. Apelido: CHAPOLA

7. RG: 4020034

9. NIS:

11. Escolaridade: 1º Grau incompleto

2. Nome: ILÁRIO MEDEIROS

4. Nome da Mãe: MARIA DE FATIMA MEDEIROS

6. Dt de Nascimento: 21/10/1995

8. UF de Emissão do RG: PB

10. Naturalidade: Picuí - PB

2º Titular da DAP: JOSEFA KATIA DA SILVA SANTOS

12. CPF: 119.355.604-09

14. Sexo: Feminino

16. Apelido:

18. RG: 3.704.325

20. NIS: 20.614.84372-9

22. Escolaridade: 1º Grau incompleto

13. Nome: JOSEFA KATIA DA SILVA SANTOS

15. Nome da Mãe: CICERA MARIA DA SILVA SANTOS

17. Dt de Nascimento: 16/05/1995

19. UF de Emissão do RG: PB

21. Naturalidade: Picuí - PB

Dados da Família

23. Nº de pessoas da família residentes no estabelecimento: 5

25. Regime de Casamento: Não se aplica

27. Endereço: SÍTIO CANOA DO COSTA

Nº: S/N

29. CEP: 58187-000

24. Estado Civil: Casado

26. Local da Residência: Local Próprio

28. Município: Picuí - PB

Bairro: ZONA RURAL

b) Características Sócio-Econômicas do(a) Agricultor(a) Familiar

1. Organização(ões) Social(is) a(s) qual(is) pertença: Sindicato vinculado a CONTAG

3. Atividades Principais: Agricultor(a)

5. Área menor ou igual a 4 módulos fiscais: Sim

2. Condição(ões) de posse e uso da terra: Possuidor(a) Rural

4. Área do Estabelecimento: 9,00 ha

6. Composição do Valor bruto da Produção Anual do Estabelecimento Familiar (considerar os últimos doze meses, a contar da data do preenchimento da DAP): R\$ 10.000,00

Renda do estabelecimento

Agropecuária Estimada:	R\$	2.300,00
Não Agropecuária Estimada:	R\$	0,00
Total:	R\$	2.300,00
Renda de Enquadramento:	R\$	2.300,00

Renda fora do estabelecimento

Total Autorizada:	R\$	0,00
Desconto:	R\$	0,00
Total com desconto:	R\$	0,00
% da Renda do Estabelecimento:		100,00

7. Força de trabalho familiar:

7.1. Número de membros da unidade familiar e agregados que desenvolvem atividades geradoras de renda no estabelecimento: 2

7.2. Número de empregados permanentes contratados: 0

7.3. Há permanência de força de trabalho familiar? Sim

II - Informações Complementares

Imóveis Rurais

1. Nº de imóveis explorados: 1

Sobre o imóvel principal:

2. Denominação do imóvel: SÍTIO CANOA DO COSTA

3. Localização do imóvel: PICUÍ - PB

4. Área do estabelecimento: 9,00 hectares

5. É proprietário do imóvel principal? Sim

6. Nome ou razão social do proprietário: ILÁRIO MEDEIROS

7. CPF/CNPJ do Proprietário: 100.982.624-75

III - Declaração do(a) Beneficiário(a)

Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do código Penal), que os dados acima correspondem à verdade.

Local: Picuí Data: 26/03/2019

Assinatura: Ilário Medeiros

Local: Picuí Data: 26/03/2019

Assinatura: Josefa Katia da Silva Santos

Polegar direito 1

Polegar direito 2

IV - Atestado da Entidade Credenciada pelo SEAD

Atesto que o(s) titular(es) acima identificado(s) atende(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a)(s) do Crédito Rural ao amparo do Pronaf no Grupo B. Grupo Final: B

Instituição: CPNJ 08.973.752/0001-40

Entidade emissora

Representante: CPF 132.093.964-34

Picuí

26/03/2019

Assinatura: Adalberto do Alencar Junior

Assinatura

DAPWEB - emitida pelo sítio do SEAD/SAF

Atenção: Este documento é gratuito

MODELO 1.9.2 - GRUPOS: B

Data da Geração: 26/03/2019



Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 03/03/2020 08:55:49

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20030308554979900000027669388

Número do documento: 20030308554979900000027669388



**Tribunal de Justiça da Paraíba
Vara Única de Picuí**

PROCESSO Nº 0802060-18.2019.8.15.0271

Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ILARIO MEDEIROS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos e etc,

Indefiro o pedido de justiça gratuita, ante a não comprovação de hipossuficiência da parte autora.

Defiro em parte o pedido de redução de custas pleiteado (id.28703920), por aplicação do art. 98, § 5º, do CPC, no quantum de 50%.

Intime-se a parte autora para juntar, no prazo de 15 dias, o comprovante de pagamento das custas processuais, com o abatimento de 50%, podendo ser dividido em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando-se a partir do 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da intimação.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA



Juiz de Direito



Segue petição em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0802060-18.2019.815.0271

ILARIO MEDEIROS, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, o autor informa que fora concedido por esse Juízo a GRATUIDADE JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL, com uma redução de percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias a ser parcelado em até seis parcelas.

Logo, como as custas prévias são no montante total de R\$ 598,80, onde aplicando-se os 50% de desconto, o valor a se recolher seria no **valor total de R\$ 299,40, o qual parcelado em 03 vezes, perfaz uma parcela de R\$ 99,80 (noventa e nove reais e oitenta centavos), a qual está sendo recolhida nesse ato.**

Por fim, como já recolhera parte das custas prévias, o autor, ao final, requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 28 de agosto de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220





Etapa 4/5 - Descontos e Parcelamento



Guia de Custas Iniciais (Processo: 0802060-18.2019.8.15.0271)

Os valores apresentados em reais podem sofrer alteração conforme a mudança no valor da UFR

Este tipo de guia não permite aplicação de desconto

Descontos

☒ Não aplicar desconto ☐ Aplicar desconto geral ☐ Aplicar desconto separadamente

Tarifa Bancária: R\$ 1,35 por parcela

Custas Judiciais 1º Grau:

R\$ 517,80 (10 UFR)

Taxa Judiciária:

R\$ 81,00 (1,56431 UFR)

Valor Final:



R\$ 598,80 (11,56431 UFR)


Este tipo de guia não permite parcelamento

Voltar

Avançar



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 027.9.20.00341/01
Nº do Processo: 0802060-18.2019.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 28/08/2020
Número da 027.2020.600341 Tipo da Custas Ocasionais de Multa			Data de vencimento: 31/08/2020
Detalhamento - Taxa Judiciária: R\$ 99,80 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente ILARIO MEDEIROS Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 5.400,00			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
866800000014 011509283187 520200831029 792000341018 			Valor total: R\$ 101,15
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 101,15

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 027.9.20.00341/01
Nº do Processo: 0802060-18.2019.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 28/08/2020
Número da 027.2020.600341 Tipo de Custas Ocasionais de Multa			Data de vencimento: 31/08/2020
Promovente ILARIO MEDEIROS Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Valor da causa: R\$ 5.400,00			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento - Taxa Judiciária: R\$ 99,80 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 101,15
			Desconto total: R\$ 0,00

28/08/2020

Comprovante.png

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
 28/08/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 19.17.47
 2441402441

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: NILO TRIGUEIRO DANTAS
 AGENCIA: 2441-4 CONTA: 10.352-7
 =====
 Convenio TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB
 Codigo de Barras 86680000001-4 01150928318-7
 52020083102-9 79200034101-8
 Data do pagamento 28/08/2020
 Valor Total 101,15
 =====

DOCUMENTO: 082805
 AUTENTICACAO SISBB:
 E23.634.886.468.C95

PARCELA
 01/03





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DE PICUÍ



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 0802060-18.2019.8.15.0271

DESPACHO

Vistos, etc

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que este Juízo não dispõe de núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, cite-se o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se independentemente de novo despacho.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.



Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito

